

O IEA e seus compromissos

JACQUES MARCOVITCH¹

O INSTITUTO de Estudos Avançados (IEA) é a unidade uspiana mais identificada com o pluralismo, que constitui valor central na missão acadêmica. Escolheria esta, se fosse preciso apontar uma diretriz-síntese da gestão que tive a honra de exercer no IEA. E, certamente, não a teria cumprido sem aceitar a premissa de que o Instituto deveria ser, antes de tudo, um polo de atração para todas as tendências, ideias e opiniões circulantes na Universidade. Assim fora concebido esse núcleo de excelência em 1986, dois anos antes de minha posse como diretor, e assim continua sendo, em proveito da instituição a que pertencemos.

Para que este depoimento não seja um mero rol de tarefas cumpridas burocraticamente, cabe contextualizá-las, lembrando acontecimentos que as determinaram, no âmbito do IEA, entre 1988 e 1993. Que fatos históricos demandaram, durante o período, tantos estudos avançados, no pleno sentido inscrito na denominação do Instituto?

Foram várias as iniciativas inspiradoras ou transformadoras, no Brasil e no mundo, abrangendo a economia, o avanço tecnológico, a vida cívica e o meio ambiente, para invocar apenas alguns fatores. Em nosso país, a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988; os primeiros impactos, no final dos anos 1980, da tecnologia de informação com o uso de computadores de uso pessoal; a primeira eleição direta para presidente e o dramático impeachment do eleito; a passagem dos 100 anos da República; a inflação aproximando-se da casa de mil por cento e a elaboração do Plano que no ano seguinte, 1994, viria finalmente a estabilizar nossa moeda; a revisão constitucional de 1993; e a realização da ECO-92, cujo legado principal, a Convenção do Clima, determinou todas as iniciativas posteriores para deter o aquecimento global.

No mundo, para ficarmos somente em acontecimentos que redirecionaram a história, lembremos a mais impactante revolução sem armas na trajetória humana, a Perestroika e o desabamento do império soviético, em 1989; o coincidente bicentenário, no mesmo ano, da Revolução Francesa; o auge da globalização e seus fenômenos correlatos no início dos anos 1990; e, na América Latina, também nesse período, o debate sobre a reestruturação do Mercosul e a marcha da redemocratização na América do Sul.

No Instituto de Estudos Avançados, respondemos a esses fatos com reflexões, estudos, publicações, conferências magnas e seminários mais adiante referidos. Destaquemos aqui, no que se refere à ECO-92, o Projeto Floram ali apresentado pelo IEA, o qual propunha o florestamento de 20 milhões de hec-

tares, quase o dobro da meta levada recentemente pelo Brasil à COP 21; e, no plano político, a revisão que o Instituto igualmente propôs, em 1993, com mais de 20 anos de antecedência: a mudança hoje discutida na legislação partidária, os critérios para reduzir o número de partidos e as modificações, somente agora adotadas, no financiamento de campanhas eleitorais.

A sociedade sempre busca instituições capacitadas e independentes, que tenham meios para mediar seus conflitos. Esse conceito foi levado à prática em 1992, quando o IEA promoveu o Fórum Capital/Trabalho, mediado pela Universidade de São Paulo. A exitosa iniciativa encerrou-se com uma Declaração Conjunta, subscrita por três fortes centrais de trabalhadores (CUT, Força Sindical e CGT) e quatro destacadas entidades patronais (Fiesp, Fecomércio, CNT, SRB e PNBE).

O documento final reconheceu, de forma transparente, a “relação conflituosa” entre as partes, e revelou inédito consenso em torno de temas que na época (como ainda hoje) produziam acesa discussão. Para ilustrar a convergência obtida, lembremos que a representação operária aceitou expressamente a construção pelo governo de uma “reforma fiscal”.

Decidiu-se também por novas formas de relacionamento Capital/Trabalho, admitidas negociações diretas entre as empresas e seus empregados, que aceitariam ou não a assistência de seus sindicatos. O Fórum gerou surpreendente distensão trabalhista em São Paulo. Seguiram-se imediatamente vários acordos salariais no setor automotivo, historicamente considerado uma área de grandes conflitos.

No plano acadêmico, o viés da transdisciplinaridade foi decisivo no IEA para o cumprimento de intensivo calendário de estudos econômicos, científicos e tecnológicos, educacionais, jurídicos e culturais. Um leque temático, amplamente diversificado, orientou a direção do Instituto e seu Conselho Deliberativo na definição de pauta da gestão, com o engajamento de notáveis especialistas brasileiros e do exterior.

Recebemos John Kenneth Galbraith, para tratar do poder militar e do controle de armamentos; Edgar Morin, que nos falou da crise cíclica então vivida pela Europa; Eric Hobsbawm, discorrendo sobre a História e o futuro do marxismo; Alan Touraine, abordando os impactos da modernidade; Claude Lefort, discutindo a ideia de justiça e os direitos humanos; Thomas Skidmore desconstruindo mitos a respeito das questões raciais no Brasil; Ignacy Sachs, renunciando as economias emergentes; e até um músico célebre, Hans Koellreutter, que nos ofereceu abordagem sobre a dinâmica da cultura, juntamente com Percy Mistry (Oxford) e Michel Debrun (Sorbonne), entre outros visitantes ilustres.

Do Brasil, também para citar apenas alguns, recebemos Fernando Henrique Cardoso, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Nelson Jobim, Lenina Pomeranz, Fernando Novaes, Aziz Ab’Saber, José Galizia Tundisi, Antonio Candido, José Mindlin e Jacob Gorender, por exemplo.

Desenvolveram-se, na época, cinco Programas Mobilizadores, aqui relacionados com os seus respectivos coordenadores: Educação para a Cidadania, com Alfredo Bosi; Projeto Floram, com Aziz Ab'Saber; Reestruturação do Mercosul, com Ricardo Seitenfus; Revisão Constitucional de 1993, com Bolívar Lamounier e Geraldo Forbes; e Estratégia Espacial para o Brasil, com João Evangelista Steiner. Formaram-se também cinco áreas de estudos: Ciências Ambientais, com Umberto Cordani; Biologia Molecular, com Walter Colli, igualmente coordenando a Área de Política Científica e Tecnológica; Assuntos Internacionais, a cargo do então diretor; Lógica e Teoria da Ciência, com três coordenadores, Jair Minoro Abe, Lafayette de Moraes e Nelson Papavero. Os Grupos de Trabalho tiveram igual número e foram assim constituídos: Estudos Urbanos, com W. Smitrovicz; Estudos sobre o Tempo, com Raquel Glezer e M. H. Augusto; Ciência Cognitiva e Psicobiologia, com Henrique S. Del Nero; Teoria Política, com C. Quirino / G. Cohn e C. Vouga; O Psíquico no Território do Social, com Norberto Abreu e Silva Neto; e Psicanálise e Conexões, com Jorge Forbes e Bento Prado Jr.

Foram instituídas duas Cátedras (Jaime Cortesão e Simon Bolívar) coordenadas, respectivamente, por Carlos Guilherme Mota, Jacques Marcovitch e Marco Antonio Coelho. Os dois últimos também dirigiram o Fórum Capital Trabalho, já destacado anteriormente. Os eventos “Conferência do Mês”, e outros realizados nos diversos campi da USP, ficaram a cargo do diretor do IEA e Rubens Beltrão Jr.

O Ciclo de Seminários teve como eixos a Historiografia, as Ciências Biológicas, Exatas e Humanas, Energia Nuclear, Desarmamento, Patentes, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Incentivos Fiscais e Inovação Tecnológica, Geopolítica e Mercosul. As Conferências Magnas centraram-se em temas relevantes no Brasil e no mundo, a partir de *papers* fornecidos pelos especialistas convidados. Realizaram-se, durante a gestão, 46 conferências.

Cabe, também, destacar a revista *Estudos Avançados*, seus dossiês temáticos e centenas de ensaios. A Coleção Documentos, o programa radiofônico “Uma janela para o mundo”, e dezenas de eventos em todos os campi da Universidade de São Paulo. No caso da revista, examinando sua extensa coleção editada em nossa gestão, percebemos que, há quase trinta anos, essa publicação já apresentava o mesmo apuro editorial que ostenta na atualidade.

Em 1993, *Estudos Avançados* teve a sua periodicidade quadrimestral confirmada. A verificação de seu conteúdo e respectivos autores proporciona uma visão abrangente da competência brasileira e internacional, que foi mobilizada. Impressiona o fato de que centenas de títulos, no final do século passado, já refletiam preocupações ainda em destaque no mundo contemporâneo. Tal constatação evidencia, cabalmente, o papel antecipador da Universidade na fascinante história da inteligência.

O exame do relatório final da gestão do IEA durante o período considerado, e até mesmo desta sinopse despreziosa, basta para visualizar a conexão

entre um núcleo de altos estudos e a realidade cotidiana do Brasil profundo, com os seus problemas que limitam a cidadania e desafiam, sem resposta, governos de várias épocas. Talvez seja possível enxergar, nitidamente, nestas páginas e demais relatos de outros gestores do Instituto, o papel inclusivo da universidade pública, injustamente negado em tantas ocasiões, e a contribuição que a instituição tem oferecido ao país.

Lembro e registro aqui alguns estudos e reflexões que marcaram, por exemplo, o Programa “Educação para a Cidadania”, tão bem pensado e coordenado pelo professor Alfredo Bosi. Esse Programa Mobilizador se desdobrava em direção a uma nova fronteira nesse domínio. Alinharam-se, nessa iniciativa, múltiplas questões e prioridades. Foram elas avaliação de professores; relação do sistema de ensino com as tecnologias de informação; condicionamento cultural nas escolas; o autoritarismo social como fator regressivo no aprendizado; as restrições e possibilidades de uma educação democrática; e a crítica e o monitoramento contínuo das políticas públicas aplicadas no setor, principalmente aquelas referentes à modernidade nos sistemas educativos.

A interpretação do Brasil sempre teve destaque no portfólio do Instituto. Recordo, para finalizar estas considerações, uma das mais notáveis conferências magnas proferidas no IEA, durante o espaço de tempo em que fui seu diretor. O conferencista era Raymundo Faoro e o tema que lhe coube traçava um paralelo entre a questão nacional e a chamada modernização.

O respeitado cientista político apontou, com extraordinária lucidez, a linha divisória entre a modernidade e a dita modernização. Nesta última, explicou ele, o progresso a qualquer preço é um dado essencial, enquanto os direitos e valores da cidadania ficam em segundo plano. A coletividade não participa dos processos e padece dos seus efeitos. As “modernizações” podem ser definidas como ondas que se desfazem quando são alcançadas por outras ondas vindas da mesma origem.

A modernização “acumula, soma, progride”, enquanto a modernidade “atualiza, aperfeiçoa, desenvolve”. O Brasil, dizia Faoro, nem sempre tem buscado a verdadeira modernidade, e sim padecido dos ímpetos de modernização. O que devemos, este foi o seu conselho ainda hoje pertinente, é alinhar nosso país com as nações modernas, e não com aquelas transitoriamente “modernizadoras”. O grande brasileiro nos deixava, naquela tarde, o que deveria ser, em todas as épocas e em toda parte, o compromisso social de um Instituto de Estudos Avançados.

Jacques Marcovitch, reitor da USP (1997-2001), diretor do IEA (1998-1993), professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e do Instituto

de Relações Internacionais da USP. Integra o Conselho Superior do The Graduate Institute of International and Development Studies em Genebra. @ – jmarcovi@usp.br
Recebido em 29.9.2016 e aceito em 5.10.2016.

¹ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo / São Paulo. Brasil.